# VIAGENS E EDUCAÇÃO: CONTRIBUIÇÕES DA INSPETORIA DE ENSINO PARA ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA NO RIO GRANDE DO NORTE (1924-1927)

Micaele Cavalcante de Barros

Aluna de Iniciação Científica PIBIC. Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte/UERN. Contato: [micaelecb17@hotmail.com](mailto:micaelecb17@hotmail.com)

Kivia Dulce Fonseca

Aluna de Iniciação Científica PIBIC. Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte/UERN. Contato: [kiviadulce@gmail.com](mailto:kiviadulce@gmail.com)

Letícia Crislaine Tavares Nogueira.

Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte/UERN. Contato: [leticia.cris2702@gmail.com](mailto:leticia.cris2702@gmail.com)

Sara Raphaela Machado de Amorim

Doutora em Educação. Professora do Departamento de Educação da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Contato: [raphaela.amorim@hotmail.com](mailto:raphaela.amorim@hotmail.com)

Investigar as contribuições da inspetoria de ensino para organização da educação no Rio Grande do Norte é o horizonte desta pesquisa. Objetivando por meio de fontes documentais perceber como aqueles que inspecionaram a educação auxiliaram para o desenvolvimento desta, analisamos fontes documentais como Mensagens dos Governadores (1924), Regulamento Geral do Departamento de Educação (1924) e Relatório Manuscrito do Departamento de Educação (1924). Estes materiais, localizados nos acervos do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte/IHGRN e Arquivo Público do Estado/APE nos apontam temas referentes ao ensino, às diretrizes para seu funcionamento, bem como as práticas que o subsidiavam na capital e nos municípios do interior do estado, em diálogo com as relações políticas que permeavam suas construções. À luz de autores como Amorim (2017), Saviani (2004), Cordeiro (2016) e Morais (2003) que discutem as categorias de análises inscritas neste texto, problematizamos desde o planejamento das ações de regulação do ensino às viagens e relatórios que destes trânsitos derivaram. O recorte histórico justifica-se por ser o primeiro ano do governo de José Augusto Bezerra de Medeiros, que reorganizou a estrutura administrativa do estado do Rio Grande do Norte, com a criação de departamentos, dentre os quais, o Departamento de Educação. Consideramos que deste órgão provinham as discussões de ideias modernizadoras que buscavam efetivar por meio das práticas educativas e culturais. Almejamos com esta pesquisa contribuir para as discussões na historiografia da educação Norte-Rio-Grandense.

**Palavras-chave:** Educação. História da Educação. Inspetoria Escolar. Viagens Pedagógicas.

**Primeiros passos de uma investigação**

O presente trabalho resulta de um estudo empreendido no Projeto de Pesquisa *Visitar escolas, conhecer o interior*: ações politicas através da Inspetoria de Ensino na organização da educação Norte-Rio-Grandense (1924-1928). Nele investigamos e analisamos fontes relacionadas às questões educacionais no início do século XX, compreendo-as com o auxílio das discussões de autores como Amorim (2017), Cordeiro (2016) e silva (2014). O estudo faz parte das investigações desenvolvidas no Núcleo de Pesquisa em Educação/NUPED, da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte por meio do Programa Institucional de Iniciação Cientifica/PIBIC.

O trabalho com fontes documentais ganha relevância por possibilitar o entendimento e aproximação com questões do período em análise, o que nos possibilita conhecer e problematizar questões centrais que faziam parte do cenário educacional do período ora analisado. Esta investigação situa-se no intercruzamento entre os campos da História da Educação e da História da Cultura Escrita. Os muitos olhares para uma mesma fonte de pesquisa, bem como o conhecimento de seu contexto de produção, pode nos permitir conhecer e problematizar diversos aspectos presentes nos papéis guardados, muitas vezes esmaecidos, esquecidos ou até desconhecidos. As fontes são tidas como importantes aliadas para compreensão do pesquisador; qualquer traço ou vestígio deixado na história são primordiais para análise e alcance dos objetivos inicialmente propostos. De acordo do Saviani (2004, p. 5):

As fontes estão na origem, constituem o ponto de partida, a base, o ponto de apoio da construção historiográfica que é a reconstrução, no plano do conhecimento, do objeto histórico estudado. Assim, as fontes históricas não são a fonte da história, ou seja, não é delas que brota e flui a história. Elas, enquanto registros, enquanto testemunhos dos atos históricos, são a fonte do nosso conhecimento histórico, isto é, é delas que brota, é nelas que se apoia o conhecimento que produzimos a respeito da história.

É pelas entrelinhas dos escritos que muitas vezes trilhamos nosso caminho de buscas. Nelas podemos perceber a importância dos discursos e, inclusive daquilo que é silenciado nas fontes documentais que nos debruçamos. Por meio das análises e estudos feitos foi possível perceber a relevância dos documentos e suas contribuições para o entendimento das práticas educativas que eram desenvolvidas no Rio Grande do Norte. O recorte histórico que caracteriza esta pesquisa justifica-se por ser este o cenário de um considerável avanço educacional em termos de criação de novas instituições de instrução primária e para formação de professores, publicação de impressos voltados para estes profissionais e tantas outras marcas de dimensões políticas que, a exemplo da Proclamação da República, eclodiram e se tornaram pautas dos discursos dos governos de presidentes de províncias por todo o país.

Após a Proclamação da República em 1889, que trouxe consigo um novo ideário de formação para o cidadão, a educação foi vista com novos olhares nas diversas localidades do nosso país. O ensino passou a ter um caráter fortemente patriótico e pregador de valores morais e cívicos, estabelecendo que a educação pública formasse sujeitos letrados e obtivessem a senha de participação nessa nova ordem, como afirmou Morais (2003).

A fim de estar em concordância com interesses republicanos, o ensino no país inteiro passou por diversas reformas. Carvalho (2003) destaca as mudanças que a educação nacional passou nos anos iniciais do século XX a partir das reformas educacionais que traçaram novos objetivos para a educação nacional. Especificamente no Rio Grande do Norte, em 1906 foi escrito por Francisco Pinto de Abreu - diretor do ateneu Norte-Rio-Grandense - um relatório do qual apresentava a desqualificação do ensino, as precariedades das instituições que não tinha ações pedagógicas, materiais suficientes, não havia fiscalização e nem formação docente, tal relatório foi apresentado ao governador Augusto Tavares de Lira. “No referido relatório o diretor Atheneu apresentava uma proposta de reforma, que posteriormente ficou conhecida como Reforma Pinto de Abreu” (SILVA, 2014, p.03). A reforma visava atender os novos ideias propostos República, bem como acabar com o analfabetismo, criando uma sociedade letrada e que ocupasse outras esferas econômicas.

Visando adotar métodos modernos e inovadores que atendessem os ideais republicanos, em novembro de 1907 o Congresso Legislativo aprovou a Lei n. 249 que autorizava a Reforma de Ensino Pinto de Abreu. Um dos grandes impactos desta reforma foi a criação do primeiro Grupo Escolar do estado, seguindo o modelo utilizado na educação paulista no mesmo período. “Em 05 de Março de 1908, pelo Decreto n. 174, foi criado o primeiro Grupo Escolar de Natal, denominado Augusto Severo. O prédio contava com uma arquitetura ampla e moderna, atendendo aos requisitos das instituições do Estado de São Paulo” (SILVA, 2018, p.20).

Com a criação do primeiro Grupo Escolar na capital do estado, esse modelo de ensino foi se disseminando, dado que “[...] até 1917, foram criados vinte e seis Grupos Escolares, sendo o Grupo Escolar Augusto Severo, em Natal, no bairro da Ribeira, e os demais nas cidades e vilas do Estado.” (SILVA, 2014, p.07). Em 1924 inicia-se um novo período para a educação norte-rio-grandense. Trata-se do primeiro ano do Governo de José Augusto Bezerra de Medeiros, que em sua administração reorganiza a estrutura administrativa, criando cinco Departamentos: Saúde Pública, Segurança Pública, Agricultura e Obras públicas, Departamento da Fazenda e do Tesouro, e o Departamento de Educação. Este último, por meio do decreto n.238 de 30 de junho de 1924, objetivando supervisionar, sistematizar e administrar as instituições de ensino em todo estado.

José Augusto Bezerra de Medeiros. O então governador, natural de Caicó, município pertencente à região do Seridó, no Rio Grande do Norte/RN, nasceu aos 22 dias do mês de setembro de 1884, pertencente a uma família com forte histórico de atuação política no estado. Ainda em 1897 mudou-se pra Natal, capital do estado, onde deu continuidade aos seus estudos. Lá executou ainda a função de professor no Atheneu Norte-Rio-Grandense e em 1909 assumiu a cadeira da Diretoria da Instrução Pública, através da qual substituiu o professor Francisco Pinto de Abreu. Em março de 1915 viajou com destino ao Rio de Janeiro, então capital federal, a fim de atuar como Deputado Federal, cargo que exerceu de 1915 a 1923, sempre elucidando a relevância de elucidar as questões educacionais em seus projetos governamentais que tiveram como base o combate ao analfabetismo.

**O Departamento de Educação e as novas diretrizes para o ensino estadual**

No Rio Grande do Norte, em 1924 foi eleito governador do estado e, dentre as propostas de governo ressaltava seu plano de melhorias para saúde e educação do estado. Ao tomar posse, em 1º de janeiro de 1924 o governador inicia sua gestão e junto a ela uma nova organização estadual em vários aspectos. Criou departamentos, porém, por ora oferecemos relevo ao Departamento de Educação:

O Departamento de Educação, criado nos termos de art. 1° letra E do decreto n. 238 de 30 de junho de 1924, em substituição da antiga Diretoria de Instrução Pública, tem por fim sistematizar, superintender e coordenar o serviço do ensino e nas instituições particulares de fins educativos em todo o território do Rio Grande do Norte. (REGULAMENTO GERAL DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO, 1925, p. 05).

O Departamento de Educação regia-se a partir de um Regulamento Geral, documento composto por oito capítulos nos quais eram apresentadas sua organização geral e as funções específicas de cada um dos setores que o compunham tais como: o diretor geral; o conselho de educação; a inspetoria de ensino; o secretário e funcionários da secretária; conselhos escolares seus presidentes e delegados; os diretores e funcionários das escolas e seus devidos expedientes. A cada um dos setores que compunha o departamento, competia o cumprimento das leis vigentes no Rio Grande do Norte e era de responsabilidade deste órgão a fiscalização de todas as instituições educativas do estado.

Para compor a administração estadual, o governador convidou para dirigir o Departamento de Educação o educador Nestor dos Santos Lima, intelectual atuante na sociedade norte-rio-grandense e com quem possuía um grande laço de amizade expresso nas relações sociais vistas por meio dos impressões estudados. Os espaços de sociabilidade, como o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte possibilitaram também a troca de ideias e identificação de sujeitos com projetos que os aproximavam. Nestor dos Santos Lima ocupou o cargo de Diretor do Departamento de Educação do Rio Grande do Norte no périodo de 1924 a 1928. Era considerado o chefe dos serviços e a ele cumpria a publicação de documentos oficiais, a exemplo dos Regimentos Internos de funcionamento das instituições escolares, bem como a fiscalização destes estabelecimentos de ensino.

Uma das ações comuns gestores aos responsáveis pela educação pública nos estados, sobretudo nos anos inciais do século XX, era envio de professores e professoras em viagens de estudo ou viagens comissionadas de observação para outras localidades. O próprio Nestor dos Santos Lima, ainda enquanto diretor da Escola Normal de Natal (1911-1923) realizou duas viagens comissionadas. Uma em 1913 com destino à São Paulo e Rio de Janeiro e, dez anos depois, um segundo deslocamneto que o levou à outras localidades da américa Latina, mais precisamnte Montevidéu e Buenos Aires. Ambos os trânsitos resultaram na produção de relatórios de viagem que trazem em si o olhar do viajante para outros contextos e espaços educacionais, comparações e sugestões para o futuro da educação do estado.

Diferente dos demais gestores educacionais estaduais, Nestor Lima não parece ter enviado nenhum professor para fora dos limites do RN. Mas, ao contrário, fez o movimento de viagens se voltar para o interior do estado, nos municípios onde existiam instituições escolares, fossem estas: Grupos Escolares, Escolas Isoladas ou Escolas Rudimentares. Neste cenário a ação dos professores viajantes, os inspetores de ensino foi fundamental para que as ideias do governo José Augusto pudessem se materializar e contribuir para o desenvolvimento da educação pública.

**A Inspetoria de Ensino no Rio Grande do Norte**

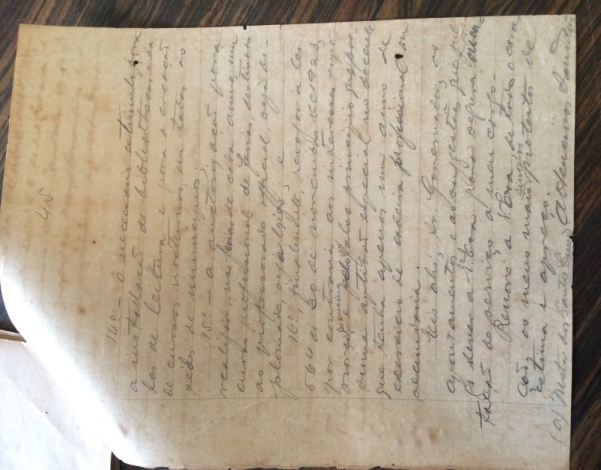
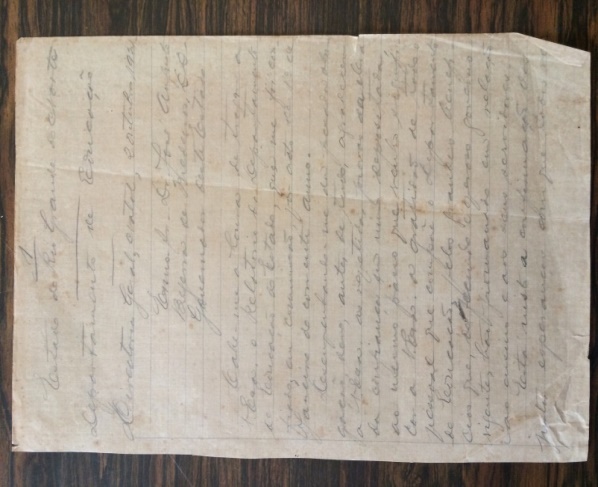
A inpeção de ensino ocorria no Brasil desde o periodo Imperial. De acordo com Cordeiro (2016, p.04) “A inspeção escolar foi abordada pela primeira vez na Legislação Nacional a partir da Lei de 1º de outubro de 1828”. Inicialmente a inspeção era de responsabilidade da Câmara Municipal e todas as escolas de primeiras letras deveriam ter os serviços da inspetoria. Foi criada “[...] a fim de gerar uma convivência nos moldes da civilização europeia. De modo que, na instrução pública do império, a inspeção foi uma ação do Estado para disciplinar o ensino” (CORDEIRO, 2016, p.04). Nesse período os resultados almejados pelo cargo não foram satisfatórios devido ao fracasso dos projetos de Instrução Pública, falta de investimentos, condições em que se encontravam as instituições estatais e os baixos salários que eram pagos aos docentes da época, isso ocasionava desmotivação quanto às atividades executadas.

Com a Proclamação da República o projeto de uma nação e sua nova identidade desvela-se a partir de iniciativas como a criação do Departamento de Educação. Em suas novas diretrizes, o serviço de inspeção ganhou novos olhares e foi de suma importância para regularizar e uniformizar o ensino a partir da formação do cidadão que se desejava realizar. Com o grande número de instituições de ensino presente no estado e buscando avanços para tais a inspeção se fez necessária e importante.

O relatório manuscrito do Departamento de Educação é a fonte principal que subsidia essa pesquisa. Tal documento está localizado no acervo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte/IHGRN e é composto por quatro capítulos, somando-se um número de 45 páginas escritas pelas pelo Diretor Geral do Departamento de Educação, Nestor dos Santos Lima, em 02 de outubro de 1924. Em seu primeiro capítulo é apresentada a situação do ensino, a quantidade de escolas existentes, o número de alunos e suas respectivas frequências.

No segundo capítulo são apresentados dados da Inspetoria de Ensino; neste particular, o serviço de inspeção é tido como de suma importância, e nesta seção são apresentados os nomes dos viajantes comissionados e as viajens por eles realizadas, além de apresentar dados sobre o tipo de observação realizada, seja ela de ensino oficial ou subvencionado. O terceiro capítulo informa sobre os prédios escolares e os materias de ensino, apresentando os prédios que estão sendo contruidos e os materias que são nescessários aos demais. Por fim, no quarto capitulo são apresentadas as considerações finais, dando ênfase à algumas propostas apresentadas por Nestor Lima como necessárias para o avanço da educação no estado.

Figura 01- Relatório Manuscrito do Departamento de Educação (1924)

****

Acervo: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte/IHGRN

O Relatório Manuscrito do Departamento de Educação apresenta a existência de 15 Grupos Escolares no estado, somando- se um número de 2.366 alunos matriculados. O departamento de educação contava com o serviço de inspeção nestes estabelecimentos de ensino que figuram no quadro abaixo.

**Quadro 01- Grupos Escolares do Rio Grande do Norte (1924)**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Número de Classes** | **Localização** | **Nome do Grupo Escolar** |
| 10 | Natal | Augusto Severo |
| 8 | Natal | Frei Miguelino |
| 4 | Mossoró | 30 de Setembro |
| 4 | Ceará-Mirim | Felipe Camarão |
| 4 | Nova Cruz | Alberto Maranhão |
| 4 | Assu | Coronel José Correia |
| 4 | Caicó | Senador Guerra |
| 3 | Penha | Pedro Velho |
| 3 | Macau | Duque de Caxias |
| 3 | Caraúbas | Antônio Carlos |
| 3 | Martins | Almino Afonso |
| 3 | São José | Barão de Mipibu |
| 3 | Santa Cruz | Quintino Bocaiuva |
| 3 | Goianinha | Moreira Brandão |

Além dos Grupos Escolares ainda haviam as Escolas Isoladas “São um numero de 37 escolas isoladas que mantinham em 18 dos nossos municípios [...]” (RELATÓRIO MANUSCRITO DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO, 1924, p. 19). A inspetoria figurou como um dos principais órgãos do Departamento de Educação e foi de suma importância para disciplinar o ensino nos moldes republicanos, que desejava que as escolas transmitissem uma educação baseavam-se nas questões morais e cívicas. A inspeção acontecia por meio de vistas minuciosas às intuições de ensino a fim de verificar as condições das instituições e as práticas que lhes eram ofertadas:

A inspetoria de ensino, composta dos inspetores em numero que a lei fixar, esta imediatamente subordinada ao Diretor do Departamento de Educação e é incumbida da inspeção técnica e da fiscalização permanente do ensino oficial e subvencionado, nos termos da lei vigentes (REGULAMENTO GERAL DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO, 1925, p.13).

Os inspetores foram de grande importância, pois além de fiscalizar o ensino, eram importantes colaboradores na permanência do ideário civilizadores e de combate a ignorância. “[...] a inspeção figurou como uma das principais iniciativas tidas como capaz de melhorar o ensino ofertado no país” (AMORIM, 2017, p.176).

Mais celene, menos rígida, mais Branda e mais coordenadora, a inspeção técnica tem de visar o melhoramento e a construção, visando desenvolver ou castigar: é ela um laço de união entre a direção suprema e as instituições docentes para o constante desenvolvimento desta e para o completo êxito daquela (RELATÓRIO MANUSCRITO DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO, 1924, p. 32-33).

Era presciso fazer visitas minunciosas e prolongadas tanto nos grupos escolas quanto nas escolas isoladas, para que force verificada se as práticas pedagogicas que le era oferecida comdizia com os idearios popostos. Como consta na Revista *Pedagogium* (1922) - Criada pela Associação de Professores do Rio Grande do Norte - os inpetores por mais ativos e bem intencionados que fossem não poderiam contentar os reclamos de uma benéfica fiscalização, devido ao:

[...] grande numero de estabelecimentos de ensino que possuimos e os meios de transporte ainda deficientes para as diversas zonas de Estado, são, além de outras, circunstâncias que dificultam a ação efetiva e prestadia dos dois funcionários fiscalizadores. (PEDAGOGIUM, 1922, p.43-44)

Apesar de dificuldades emfrentadas pela inspetoria devido ao pequeno mumero de inpetores e o grande número de instituições exietentes, dificuldades com relação ao tranporte ea falta de materiais nas intitições, essa atividade eram indispensaveis, visto a nescessidade do auxilio destes com relação as condutas do professorado, que muitas vezes tinham seus serviços considerados insuficientes.

**Considerações**

Desde o periodo imperial a inspetoria de ensino figurava enquanto importante aliada na fiscalização de ensino, mesmo não tenho suas práticas atingidas como almejadas inicialmente, com a Proclamação da República a inspetoria significou um instrumento fundamental para verificação das atividades desenvolvidas nos estabeleciemntos de ensino, dentre estas, a observaão de se as praticas escolares condiziam com as ideias da então gestão administrativa. Apesar das dificuldades como a falta de materiais, problemas com transporte e um número minimo de inspetores para atenter as inumeras intituições, estes profissionais foram importantes para o trabalho desenvolvido e o conhecimento das necessidades próprias de cada localidade onde poderiam estar situados Grupos Escolares, Escolas Isoladas ou Escolas Rudimentares.

Além das questões acima elencadas, destacamos o projeto civilizatório republicano a partir das festividades que eram parte relevante do projeto educacional. “Outro motivo que justifica a colaboração quase permanente dos inspetores no interior, em muitos pontos do território estadual, é o movimento festivo para a comemoração de cenário da independência” (PEDAGOGUM, 1922, p.44). Os festejo civicos eram tidos como práticas ideais para fixação e formação dos sujeitos segundo o caracter civilizador, a inspetoria foi um importante colaborador na permanencia e formação dos sujeitos em tais condutas, visto que os hábitos dos professores eram tidos como insuficeintes para atingir os objetivos desejados em tais festividades.

Contudo, a inspetoria de ensino se figurou como satisfatória e atendeu os ideais repúblicanos, contibuindo para o melhoramento da educação, como era desejado, visto que não só os inspetores como o próprio diretor do departamento de educação fez visitas as intituições de ensino afim de perceber suas nescessidades.

**Referências:**

AMORIM, Sara Raphaela Machado de. *Viagem como Missão:* intercâmbio pedagógico de educador Nestor dos Santos Lima (1913-1923). 2017. 198 f. Tese (doutorado em Educação)- Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2017.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Reformas da instrução pública. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive. (Org.). *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

CORDEIRO, Anna Gabriella de Souza. *A inspeção do ensino na província do Rio Grande do Norte durante o período Imperial.*UNICAMP.2016. 21p.

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO. *Relatório do Departamento de Educação*. Natal, 1924, 45p. (manuscrito)

\_\_\_\_\_\_. *Regulamento Geral do Departamento de Educação*. Typografia D’a República, 1925.

[REVISTA PEDAGOGIUM, 1922, Anno 2, n.3, mar., RN.](https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/133718)

SAVIANI, Dermeval. Breves considerações sobre fontes para a história da educação*.*  In. LOMBARDI, José Claudinei; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura. *Fontes, história e historiografia da educação.* Campinas (SP): Autores Associados, 2004, p. 1‐12.

SILVA, Francinaide de Lima, *A Prática Educativa de Professoras no Grupo Escolar Augusto Severo (1908-1920).*Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 2014. 12p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 2014.

SILVA, Rosângela Maria Araújo da. *Atos e Resoluções para a organização da Educação no Rio Grande do Norte*: Intelectuais, Ideias e Projetos(1924-1928) 51f. Monografia (Graduação em Pedagogia) – Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Assú, RN, 2018.